

EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES RACIAIS: CONQUISTAS DE DESAFIOS

Lucimar Rosa Dias
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
lucimar_dias@uol.com.br

Maria Aparecida da Silva Bento
Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
cibento@uol.com.br

1. Introdução

Neste texto ao tratarmos da educação infantil, buscamos apreender as particularidades desse tema e as relações raciais. Sabemos que há muitas questões postas em pauta sobre essa etapa da educação, no entanto, não entraremos no mérito de algumas delas por não ser o objetivo central deste artigo. Há várias pesquisadoras que se dedicam a essas reflexões, tais como: Sônia Kramer (1999; 2004; 2005 e 2006); Maria Malta Campos (1999), Fúlvia Rosemberg (1996, 1999), Ana Lucia Goulart de Faria (2005a; 2005b), entre outras que seguramente trazem um rico debate sobre a função, formação e especificidades da educação infantil.

Há uma rica reflexão, com diferentes pontos de vista, que está buscando o melhor formato para o atendimento das crianças pequenas, garantindo-lhes o direito de serem crianças.¹ Tudo isso porque se pretende protegê-las de propostas educacionais que "roubem suas infâncias", preocupadas em demasia com a alfabetização no sentido estrito desconsiderando a criança como sujeito ativo, curioso e investigativo.

Nossa posição em relação à educação infantil é que independentemente das denominações dadas aos lugares e as pessoas que convivem com as crianças pequenas, reiteramos que elas devem ser atendidas/recebidas de acordo com suas peculiaridades, possibilitando que se expressem nas múltiplas linguagens, que a humanidade produziu.

¹ Consideramos que "ser criança" é uma construção histórica mediada pela cultura do sujeito.

Recentemente em seminário internacional² no qual se discutiu a qualidade da educação infantil os itens que tiveram resultado mais negativos³ foram os que tratavam da diversidade, o que deve deixar pesquisadores, gestores e professores em estado de alerta, pois como poderemos falar de socialização, brincadeira, coletividade se a diversidade esta mal avaliada? Que valores estão sendo privilegiados nos processos de socialização das crianças pequenas? Se considerarmos que é fundamental a qualidade da interação estabelecida entre as crianças e entre adultos e crianças devemos de fato ficar assustados com este resultado, pois ele nos indica que há algo extremamente grave ocorrendo no cotidiano das instituições de educação infantil .

Defendemos que educação para a primeira infância deve incluir as relações raciais como parte integrante da construção da socialização das crianças. No Brasil, a educação infantil, com aprovação da LDBN 9394/96, passou a ser um direito da criança independentemente de sua condição social. Todos os meninos e meninas de 0 a 5 anos devem ter garantido o seu direito ao acesso à educação básica. Essa premissa é vitoriosa do ponto de vista legal, mas a inclusão da educação infantil como uma etapa da educação básica ainda está longe de ser concretizada. Em 2001, de acordo com estudos de Maria Dolores B. Kappel (2001), apenas 10,6% das crianças entre zero e três anos de idade e 57,1% das crianças entre quatro e seis anos de idade estavam matriculadas em creches e pré-escolas. Essa realidade torna-se mais precária quando se considera o atendimento dos filhos das famílias que recebem até meio salário mínimo⁴.

Quando agregamos a esses dados o componente racial, o quadro agrava-se mais. De acordo com pesquisa desenvolvida por Fúlvia Rosemberg (1999), o índice de retenção de crianças negras é maior que o das brancas desde a pré-escola. A pesquisa mostra que a predominância absoluta de crianças, com sete anos ou mais, ainda na pré-escola é de negras, chegando a 63,5%. Já em relação às crianças brancas nessa mesma

² Avaliação da Qualidade da Educação Infantil, realizado 14 e 15 de junho de 2010, em São Paulo, promovido pela Fundação Carlos Chagas/Ministério da Educação e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

³ O relatório final não está disponível, a informação foi obtida durante a apresentação de Maria Malta e equipe dos resultados da pesquisa, os indicadores avaliados foram: 1) Atividade envolvendo diversidade que recebeu 1,5 numa escala até 10 e, 2) Promoção do acesso a igualdade atingiu 2,2. Ambos foram os índices dentre todos os outros avaliados.

⁴ Dados apresentados no relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 3.219, de 21 de setembro de 2005, formado por integrantes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Educação, e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf>> Acesso em: 28 out. 2006.

situação, o percentual cai expressivamente para 36,5%. Há um claro desfavorecimento para as crianças de famílias com baixa renda, em especial as negras.

Em relação à desigualdade racial apresentada pela pesquisa, as causas econômicas sozinhas não dão conta de explicar a retenção maior das crianças negras. Para Rosemberg (1999), ao componente econômico agrega-se o "pessimismo racial". Segundo a autora, esse processo consiste na descrença no âmbito institucional, por parte dos que executam a educação infantil, do gestor ao professor na capacidade intelectual da criança negra.

Esse "pessimismo racial" pode sofrer rupturas se professores e gestores que atuam na educação infantil incorporarem atividades que tratem das relações étnico-raciais. Meninos e meninas dessa faixa etária são ativos pensadores sobre a vida nos seus mais diferentes aspectos. Questões como: quem sou eu? Quem é ele/ela? Por que ele/ela é diferente de mim? Em que ele/ela é diferente de mim? Por que meu amigo/a tem essa cor? Aparecem nessa etapa como parte do processo de construção da identidade que será sempre uma construção relativizada pelo Outro. Com tantas perguntas a serem respondidas, o papel da educadora na construção da identidade é bastante influente. Um exemplo é o relato da educadora Mariama:

Havia um menino [...], bem negro, negro, negro! Eu fui dar banho [nele] Tirei toda a roupa dele e tinha um menino bem branquinho, branquinho, branquinho, branquinho, branco mesmo.! Ele não era do nível 2. Era do nível 4. Ele entrou e parou. Ficou olhando para o menino [que estava no banho]. Eu falei: "Porque você está olhando o P. L.?". Ele falou assim: "Ah! Tia porque ele é assim?".

Eu falei: "Assim? Assim como? "

Ele respondeu: "Assim!". Então eu falei: "Assim como?".

Ele respondeu: "Ele é preto, a cor dele é preta, ele é preto...".

Eu já tinha alguma informação que não deveria falar preto tinha de ser negro, que era a raça, eu reforcei.

"Ah! Ele é negro, você quer dizer a cor dele é negra. Ele é assim, porque ele nasceu assim é a raça. Tem raça branca... tem raça negra".

Ai ele falou assim: "Mesmo se ele tomar banho e você esfregar muito com a bucha e com o sabão ele não vai ficar branco?".

Eu falei: "Não porque ele nasceu assim, ele é assim".

Então, o L. me perguntou: “E se ele pegar e arrancar tudo o courinho dele”. “**E se ele pegar e arrancar tudo o courinho dele não vai nascer outro branco?**”. Eu respondi: “Não vai nascer outro branco porque ele é negro”. Ai que ele foi entender que a criança tinha aquela cor. O que eu achei engraçado é que eles já convivam. E o L. não havia percebido a cor do P. pelo rosto, ele só percebeu quando o menino estava nu, aí ele percebeu. (Professora Mariama - entrevista concedida em 23/09/06, grifos nossos). (DIAS, 2007, pág.63)

O depoimento ilustra fatos corriqueiros do cotidiano da educação infantil e complexos pela dificuldade normalmente encontrada pelas educadoras para trabalhá-los. Uma criança olhando para a outra, percebe-a diferente de si mesmo. Em seguida, há a sensação de estranhamento do menino branco diante da visão do menino negro. Por fim, está a ação da educadora. Atenta, utiliza esse momento como um espaço de ensinar e aprender sobre as diferenças raciais. Fato esse não tão corriqueiro assim. Nem sempre a educadora possui instrumentos para perceber que ali está um conteúdo fundamental a ser trabalhado. Ela considerou o estranhamento do menino branco em relação ao menino negro como uma questão que deveria ser refletida. Convida o menino negro a expressar seus sentimentos e ao mesmo tempo apresenta-lhe outras referências para compreender a "negritude" que lhe causou tanta estranheza. Ela percebeu um rico momento e não o dispensou.

Na educação infantil, está estabelecido que a função da educadora é de cuidar e educar⁵. Entendemos que uma dimensão não existe sem a outra, ao cuidar, educa-se ao educar, cuida-se. O cuidar não se restringe à manutenção das condições básicas de higiene, alimentação e segurança. Essa dimensão contém os aspectos relativos à sua subjetividade. Se as educadoras têm responsabilidades com os aspectos objetivos da dimensão *cuidado*, devem ter na mesma medida com os aspectos subjetivos. Um desses é o processo de construção da identidade. Ele ocorre na interação social, entre as crianças e seus pares e entre as crianças e os adultos, sendo que nas instituições de educação infantil eles são mediados pelas professoras

⁵Não entraremos no mérito de porque e como essas dimensões, tornaram-se o estabelecido para a educação infantil.

Para ser comprometida com uma educação séria, de qualidade e democrática, a educadora tem de estar atenta a essas situações. É sua responsabilidade proporcionar às crianças momentos nos quais referências positivas relativas a todos os grupos humanos estejam presentes, para que apreendam a importância da diversidade. *Os Referenciais Curriculares da Educação Infantil (RCNEI)*, de 1998, recomenda que:

O desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias. (RCNEI, vol.02, 1998, p.11).

A partir de 2003, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCEER)⁶, advindas da Lei nº.10.639 de 9 de janeiro de 2003. Essa Lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBN) nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996⁷ no seu artigo de nº 26 tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial do ensino da temática “História e Cultura Afrobrasileira” no seu artigo 79, quando estabelece que o dia 20 de novembro, deve ser incluindo no calendário escolar como o "Dia Nacional da Consciência Negra". Alguns argumentavam que a Lei 10.639/03 tratou apenas do ensino fundamental, mas, com a publicação das DCEER, essa ausência foi superada. No Art.1º da resolução que institui as Diretrizes estabelecendo que

[...] a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvam programas de formação inicial e continuada de professores⁸”. Apesar desses marcos legais

6A partir desse momento, nos referiremos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como DCEER.

7A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 será a partir daqui referida como Lei 10.639/03. Assim como, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será LDBN 9394/96.

8CNE/CP Resolução 01/2004, Art.1º. Grifos nossos.

serem importantes, é preciso assegurar que sejam pedagogicamente abordados no dia-a-dia pelas educadoras.

Evidentemente, a educação não pode eliminar e não eliminará as desigualdades, de base estrutural sócio-econômica. Pode, no entanto, colaborar na construção do que chamamos de percepção da igualdade entre os seres humanos, o que eleve a possibilidade de mais pessoas se insurgirem contra as desigualdades.

É papel da educação infantil em particular, possibilitar que as crianças vivenciem um ambiente educacional igualitário na sua concretude, exatamente, porque nele se respeita e se discute as diferenças. Para isso, não adiantará as educadoras usarem frases de efeito muito comuns no meio educacional, tais como, “Para mim as crianças são iguais”, “Eu trato todos do mesmo jeito”, “Aqui na sala não tem diferença de cor” ou “Eu nem percebo a cor dos meus alunos”, “Eu não presto atenção se tem preto ou branco na sala”.

Essas frases estão imbuídas de um princípio de democracia, no sentido em que Maclaren (2000, p.42), critica, segundo ele “uma das perversões sub-reptícias da democracia tem sido a maneira pela qual os cidadãos têm sido convidados a se esvaziarem de toda a sua identidade racial e étnica, de forma que, aparentemente, eles se apresentam nus diante da lei” – atitude que essas frases revelam. E colaboram para que crianças naturalizem suas percepções sobre a desigualdade racial.

O velho ditado “quem cala consente” é muito verdadeiro neste caso. Calarmos diante das questões que as relações raciais suscitam entre as crianças pequenas é colaborar para que de um lado, crianças negras, em sua maioria, cresçam tímidas, temerosas e envergonhadas de si mesmas. E a escola continue sendo um ambiente que não as acolhe, negando insistentemente sua história e cultura, sem protegê-las contra a violência da discriminação e do preconceito raciais. De outro lado, colabora para que crianças brancas cresçam acreditando na superioridade que a brancura lhes possibilita. O ambiente escolar hostil e desigual para crianças negras e brancas é estabelecido desde a mais tenra idade. Como pode ser constatado em pesquisa realizada por Oliveira (2004), da qual trazemos um exemplo emblemático:

[...] estávamos no refeitório, e V. (negro) estava sentado à mesa com as outras crianças, aliás, coisa rara de se ver. No entanto, antes de o menino terminar de comer, Marli o colocou no cadeirão, não entendi por que, pois ele

estava comportado, ao contrário de I. (branco), que tirou o tênis e jogou em cima da mesa, em seguida, se levantou e correu pelo refeitório, Marli foi atrás dele e só disse para ele ficar quieto; diante da situação, Raquel (pajem/negra) veio e sentou ao lado de I. (branco) dizendo: “Vamos ficar quieto, que negócio é esse de ficar correndo, não me deixa ficar brava”, só assim, para ele ficar sentado. Marli nem cogitava a possibilidade de colocá-lo no cadeirão. E o cadeirão era uma forma de castigar as crianças pelos seus atos, mas I. (branco) estava sempre livre de tal castigo, parecendo ser uma questão de pele diante desse tratamento diferenciado (OLIVEIRA, 2004, p.38).

O episódio sugere que dois bebês muito cedo percebem que ambos podem coisas diferentes e que essas possibilidades estão diretamente relacionadas ao seu pertencimento étnicorracial.

Apesar das evidências de que as relações raciais estão no cotidiano da educação infantil as pesquisas acadêmicas sobre o tema demoraram a surgir. Embora a educação de crianças no ensino fundamental tenha sido foco de várias pesquisas as décadas de 80 e 90, são férteis. Tal fato não corresponde ao fato de que desde muito tempo educação e questão racial são temas caros nas ações do movimento negro.

No caso desta articulação e a educação infantil é no final dos anos 90 que constatamos a presença de pesquisas com esta abordagem. O que nos indica que conforme a discussão sobre o direito à educação para crianças se consolida a discussão sobre a questão racial tem início, ainda que timidamente.

Antes de apresentarmos as pesquisas relativas à educação infantil, optamos por apresentar algumas pesquisas que pela repercussão no campo ou pelo pioneirismo são marcos importantes contribuíram para que chegássemos a nos indagar sobre a criança pequena e questão racial⁹.

⁹ Sobre outras pesquisas ver RIBEIRO, Maria Cristiane. PESQUISAS SOBRE O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: uma análise de suas concepções e propostas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2005.

2. Relações étnicorraciais e educação – década de 80 e 90 – ainda não chegamos à Educação Infantil

Há algumas décadas pesquisas sobre como as relações raciais no Brasil se manifestam no campo educacional estão sendo produzidas. O trabalho de Luiz Alberto Gonçalves (1985) constitui-se em um marco dessa produção. Entre as várias conclusões a que chegou, aponta o silêncio dos educadores diante da discriminação sofrida pelas crianças negras na escola. Para ele, essa atitude dos educadores só será modificada na medida em que a escola considere a cultura negra como tema importante a ser introduzido na escola.

O de Ana Célia da Silva (1988), denunciando estereótipos e preconceitos em relação ao negro nos livros didáticos. Esse trabalho tem particular importância, pois solidifica uma questão já apontada por muitos que trabalham com a questão racial desde a década de 50, mostra que esta questão não foi resolvida naquele momento e segundo produção de Silva (2005), os livros didáticos continuam veiculando discursos racistas. Outra pesquisa importante e reveladora do que existe dentro da escola é o trabalho de Vera Moreira Figueira (1990). A autora buscou demonstrar a existência do preconceito na escola, relacionando alunos, professores e livros como formadores e sustentadores de um ciclo inculcador-reprodutor do preconceito.

A década de 90 começa promissora em termos de trabalhos que vinculam raça e educação. Luiz Cláudio Barcelos (1993) demonstra a articulação existente entre o índice de frequência, permanência e evasão escolar com as raças, possibilitando uma leitura na qual a raça e a classe se articulam, sem o determinismo econômico. Rachel de Oliveira (1992) também realiza um trabalho investigativo sobre as manifestações de preconceito racial na escola e articula essa investigação a um trabalho de avaliação de intervenções realizadas no ensino, via Estado, na década de 80. A sua conclusão, como Barcelos (1993), é que as relações raciais que ocorrem na escola têm significativa importância no nível de escolaridade das crianças negras e vão além da questão de classe.

Também Neusa M. Gusmão (1993) investigará a criança negra no meio rural e por meio de desenhos contata os modos pelos quais esta criança se representa identificando também no contexto rural, a criança negra apresenta atitudes de recalque em relação ao seu pertencimento étnicorracial.

Ademil Lopes (1994) em seu trabalho “*Escola, socialização e cidadania: um estudo da criança negra numa escola pública em São Carlos*”, investiga os processos de socialização da criança no ensino fundamental e a dificuldade da escola em trabalhar a partir dos conhecimentos culturais vividos por estas crianças.

Consuelo Dores Silva (1995), por sua vez, investigou como a interação interfere na construção da identidade étnica e na auto-representação dos alunos não-brancos, incluindo, portanto, não apenas negros. A autora conclui que existe uma ambiguidade por parte das crianças negras em aceitar o próprio corpo e, por conseguinte, em se aceitarem como negras, gerando reações como timidez, melancolia, depressão e agressividade, interferindo no processo de educação das mesmas. Constatou também que, apesar de a maioria das crianças investigadas terem introjetado o preconceito antinegro, há uma minoria construindo uma auto-representação positiva. Além disso, é de suma importância a afirmação da autora de que o fato de discutir o assunto durante sua pesquisa com as crianças suscitou, mesmo entre as que já tinham introjetado o preconceito, reações de contrariedade em relação à discriminação racial, reforçando nossa premissa de que o diálogo sobre o assunto tende a obter resultados positivos.

Outra contribuição importante foi o trabalho de Nilma Lino Gomes (1995). Diferentemente de Silva, Consuelo D., que trata da construção da identidade dos alunos e suas conseqüências, a autora vai desvendar a construção da identidade étnica das professoras negras e a influência desse processo na relação pedagógica estabelecida entre elas e seus alunos, ou seja, articula raça, educação e gênero. Os depoimentos coletados pela autora mostraram

[...] a difícil trajetória da mulher negra em nossa sociedade que rompe com o “lugar” a ela destinado pelo racismo. Este [o preconceito] atua de tal forma junto à construção da identidade racial dessa mulher que negar a existência do preconceito e da discriminação racial torna-se uma estratégia adotada por muitas para sobreviverem em meio a tantos conflitos. (GOMES, 1995, p.269)

Juntos, os trabalhos de Silva, C.D. e de Gomes nos permitem ter uma visão de como a discriminação racial afeta todos os componentes do processo educativo e apontam para a necessidade dos cursos formadores de professores incluírem reflexões sobre a diversidade étnicorracial da população com a qual irão trabalhar.

Também trabalhou com o tema da infância a pesquisa de Iolanda Oliveira, publicada em 1999, sob o título *Desigualdades Raciais: construções da Infância e da Juventude*. O estudo verifica o que crianças e jovens entre 6 e 15 anos reelaboram sobre as desigualdades raciais na sociedade.

Já a pesquisa de doutorado de Rita de Cássia Fazzi (2004), sob o título, *O Drama racial de crianças brasileiras-socialização entre pares e preconceito*, busca descobrir, em termos sociológicos, como crianças de oito a dez anos de idade de duas escolas públicas de Belo Horizonte elaboram suas próprias experiências raciais e se existem manifestações comportamentais de preconceito racial contra negros no grupo investigado.

3. Enfim, relações raciais e educação infantil: conquistas

Em meio a esta rica produção sobre raça e educação, ainda são poucas as que tratam da educação infantil, mas acreditamos que tal perspectiva esteja em franca ascensão e este texto encomendado pelo GT 21 – Educação e relações étnicorraciais – é um testemunho de que a preocupação com este tema na educação infantil começa a ocupar um lugar de destaque.

Mesmo considerando que não estamos livres da resistência e da incredulidade sobre a pertinência deste tema nesta etapa. É possível constatar uma mudança significativa no que tange ao tratamento do tema por parte dos gestores, ainda que não seja suficiente as políticas públicas já não mais se silenciam sobre a necessidade de enfrentar esta questão. Como podemos constar em texto do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, lançado em novembro de 2009.

Em 2006, segundo os dados estatísticos, apenas 13,8% das crianças declaradas como negras estavam matriculadas em creches; entre as crianças brancas esse número é igual a 17,6%. Na pré-escola, a diferença é menor, mas da mesma forma desigual: na população infantil branca 65,3% estão matriculados na pré-escola, enquanto na população infantil negra esse número representa 60,6% do total da população infantil. Esses números revelam o tamanho dos desafios que se apresentam para a Política de

Educação Infantil no que se refere à educação das relações Etnicorraciais. (pág.45)¹⁰

O Plano chama a atenção para a formação de professores quando destaca que os professores devem receber atenção especial, pois eles “devem desenvolver atividades que possibilitem e favoreçam as relações entre as crianças na sua diversidade.” (pág.45). Além disso, prevê 7 ações a serem desenvolvidas nas políticas de educação infantil que contribuirão para a promoção da igualdade racial e da diversidade. A título de exemplo destacamos duas que consideramos mais próximas do papel que nos cabe como pesquisadores:

1 – Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade, tais como: brinquedos, jogos, especialmente bonecas/os com diferentes características Etnicorraciais, de gênero e portadoras de deficiência.

2 – Garantir apoio técnico aos municípios para que implementem ações ou políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil. (Plano Nacional, 2009, pág.45)

Outros documentos não específicos da educação infantil também abordaram esta etapa, como é o caso do livro: *Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais*, que tem por objetivo fornecer subsídios para o tratamento da diversidade na educação de forma contextualizada para cada etapa da educação básica e ensino superior.

Vale destacar o papel que a COEDI/MEC – Coordenadoria Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação, sob coordenação de Rita Coelho tem tido nos últimos três anos ao incluir as discussões das relações etnicorracial, nas políticas deste órgão. Uma significativa ação nesta perspectiva foi à mobilização com incentivo da COEDI de ativistas e pesquisadores do tema para participarem das audiências públicas de revisão das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil¹¹ o que resultou na

¹⁰ PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA

afirmação de que as propostas pedagógicas da educação infantil deverão considerar dentre outros o seguinte princípio:

Art. 7.º V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnicorracial, de gênero, regional, lingüística e religiosa.¹²

Tais movimentos sem dúvida colaboram para que o tema adentre em lugares que antes não consideravam esta dimensão e também impulsiona pesquisas na área. Eles são importantes, porque como já dissemos discutir as relações étnicorraciais na educação infantil, é desafiador, sobretudo, levando em consideração o baixo número de crianças de 0 a 5 anos matriculadas e as dificuldades que ainda persistem no entendimento da educação infantil como espaço privilegiado de desenvolvimento integral das crianças, infelizmente convivemos – para nossa perplexidade – com visões da criança como um ser não afetado pelas relações com o ambiente, levando famílias e educadoras a pensá-las como incapazes de manifestar ou sofrer preconceito, discriminação e racismo na relação com as outras crianças e com os adultos presentes no ambiente escolar.

Consideramos que o crescimento das pesquisas sobre a educação infantil e a questão racial, não ocorre de modo isolado, mas é parte deste processo lento e gradualmente que tem se constituindo no Brasil de compreender a criança como um sujeito de direitos. Tal perspectiva inclui pensar que a criança deve ser acolhida, respeitada e amparada na escola para a construção positiva de sua identidade.

Tal compreensão possui múltiplas dimensões: pensar quem educa esta criança, onde ela é educada, como ela atua neste processo. Esta multiplicidade se revela também nas pesquisas produzidas. Elas variam em sua abordagem, embora todos tratem da questão racial e a educação infantil. Um trataram da profissional que atua nesta etapa, outras buscaram compreender os impactos de processos de formação que tinham como

¹¹ As audiências aconteceram em São Luis (MA), Brasília (DF) e São Paulo (SP), entre julho e outubro e as Diretrizes foram aprovadas pela resolução RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

¹² Resolução nº05, de 17/12/2009, Conselho Nacional de Educação.

perspectiva a questão racial ou ainda como os gestores desenvolvem ações deste tipo e outras buscaram investigar a construção da identidade da criança negra.

Um trabalho muito significativo é o de Eliete Aparecida de Godoy (1996), que constatou que as crianças na faixa etária de cinco a seis anos, ao realizarem descrições de si mesma ou dos colegas, referem-se à cor da pele de maneira mais marcante do que as outras características. Também foi possível captar que, já nessa idade, as crianças negras se sentem desconfortáveis quando necessitam verbalizar ou assumir sua condição étnicorracial. Demonstram interiorização da ideologia negativa em relação às diferenças étnicas e procuram se assemelhar fisicamente ao branco. Essas atitudes foram observadas apesar de a autora fazer uma ressalva de que na relação entre as crianças não havia nenhuma discriminação perceptível, sugerindo que o racismo, para existir e se perpetuar, prescinde de manifestações explícitas e agressivas.

Eliane Cavalleiro (1998)¹³ aborda a questão do preconceito e da discriminação racial na educação infantil, pesquisa que, de certa forma, complementa o mestrado desta pesquisadora. Enquanto Cavalleiro demonstra a manifestação do preconceito, principalmente por parte dos professores e em muitos casos de forma inconsciente, Lucimar Rosa Dias, 1997, busca compreender como três escolas que atendem crianças de classes sociais distintas trabalham o tema da diversidade étnicorracial com crianças da pré-escola.

Outro trabalho apontou que comportamentos considerados inadequados, quando realizados por crianças negras, são qualificados como positivos se feitos por crianças brancas¹⁴. Uma das professoras entrevistadas por Vera Lúcia Neri da Silva Neri (2002) classificou como *difícil* uma criança negra pelo fato de ela “sempre querer fazer tudo” (querer auxiliá-la na sala). Entretanto, esse mesmo atributo foi usado como *positivo* ao se referir a uma criança branca como “fácil de lidar”, pois queria participar de todas as atividades.

¹³ A autora em 2003 defendeu a tese: "Veredas das noites sem fim: socialização e pertencimento racial em gerações sucessivas de famílias negras", pela Universidade de São Paulo, porém a criança envolvida não está na faixa etária da educação infantil.

¹⁴SILVA, Vera Lúcia Neri da. *Os estereótipos racistas nas falas de educadoras infantis – Suas implicações no cotidiano educacional da criança negra* (Dissertação de mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 2002, p. 138

Em 2004, Fabiana Oliveira, realizou sua pesquisa sobre uma creche da rede municipal de ensino de São Carlos (SP). Ela analisou as práticas educativas que ocorrem na creche, verificando as maneiras pelas quais essas práticas produzem e revelam a questão racial, constituindo um marco nos trabalhos que tratam da educação infantil porque investigam práticas desenvolvidas com bebês (seis meses a dois anos), faixa etária ainda menos investigada em relação ao tema.

Lucimar Rosa Dias (2007) em sua pesquisa teve como principal objetivo compreender os modos pelos quais educadoras da primeira infância se apropriaram de conhecimentos adquiridos em cursos de formação continuada de professores, cujo enfoque era o combate ao racismo e a maneira pela qual transformaram, a partir daí, as suas práticas pedagógicas.

Em 2006 Waldete Tristão Farias Oliveira investigou mulheres negras e pobres do distrito do Jaguará/SP, que atuam em instituições de educação infantil da cidade de São Paulo identificando como estas se percebem racialmente e as relações que estabelecem entre este pertencimento e a sua constituição como profissional. Também nesta perspectiva Arlete dos Santos OLIVIERA (2009) pesquisou professoras negras da educação infantil da zona leste de São Paulo, buscando compreender o sentido à educação dado por estas mulheres e como contribuíram para construção de suas identidades.

Flávia de Jesus Damião (2007) em seu trabalho intitulado: *Primeira Infância, afrodescendência e educação no Arraial do Retiro - Salvador*¹⁵. A autora trabalhou com um grupo focal constituído de crianças afrodescendentes entre 3 e 9 anos identificando as experiências produzidas e partilhadas por elas na perspectiva de compreender como o pertencimento racial dialoga com suas vivências e como é importante compreender a infância em suas múltiplas singularidades. Tais especificidades se constituem na interconexão das dimensões de raça, classe, região e nas significações que cada sujeito realiza. Consideramos que o trabalho da autora reafirma que as crianças são produtoras de culturas e nelas são produzidas e ressalta que se constituíram neste espaço multirracial e étnico, perspectiva nem sempre considerada por quem pensa a criança pequena como produtora de cultura.

¹⁵ Dissertação de mestrado produzida no Programa de Mestrado da UFC- Universidade Federal de Fortaleza

Numa outra perspectiva Camila Fernanda Saraiva (2009) investiga como uma gestora e duas professoras da educação infantil após processos de formação de professores para trabalharem a diversidade dão continuidade ao trabalho e conclui que apesar das formações terem contribuído elas não tiveram continuidade e aponta a necessidade de que estas ações levem em conta as especificidades desta etapa educação a fim de fortalecer a manutenção do trabalho nesta perspectiva.

Já o trabalho de Carolina de Paula Teles (2010) investigou as representações sociais de uma professora sobre relações raciais e como estas incidem na realização da prática pedagógica desta e os efeitos de tais representações para as crianças negras e brancas com 5 anos de idade.

Apesar do visível crescimento da produção de pesquisas com essa temática, os trabalhos esquadrihados não tocam diretamente na formação dos professores. Trata-se, portanto, de um campo rico de investigação entre, por um lado, os estudos acadêmicos que apontam a necessidade de táticas pedagógicas sobre a discriminação racial e, por outro lado, as inúmeras iniciativas práticas de governos e do movimento social para lidar com o problema.

Os trabalhos aqui trazidos nos apresentam questões importantes para pensarmos a educação infantil e a questão racial, por meio destas pesquisas é possível afirmar que existem situações em que as crianças são tratadas diferentemente tendo como critério o seu pertencimento racial afetando a criança negra na constituição positiva de sua identidade e reforçando na criança branca sentimento de superioridade, também pudemos identificar que as educadoras de creches negras constituíram sua profissionalidade e reconhecem seu papel como exemplos positivos para as crianças no sentido da aceitação e valorização do pertencimento étnicorracial e verificamos que não há apenas a produção de relações discriminatórias no ambiente educacional de crianças pequenas, algumas pesquisas encontraram tentativas de resistências e de produção de uma nova lógica, mas alertaram sobre a fragilidade de tais perspectivas.

Tais pesquisas se constituem como conquistas teóricas e se articulam a ações da sociedade civil como é o Prêmio Educar para a Igualdade Racial (2002, 2004, 2006, 2008), realizadas pelo CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, que já possui um acervo de mais de mil e quinhentas experiências de promoção da diversidade étnicorracial na educação, dentre elas várias no âmbito da educação infantil.

De acordo com análise do banco de dados, 60% dos/as professores/as trabalham o tema das relações raciais devido aos conflitos que surgem nas relações interpessoais entre criança – criança. Os conflitos são os principais elementos motivadores do trabalho para a promoção da igualdade racial e o combate à discriminação e ao preconceito racial e cerca de 43,8% dos/as professores/as assinalaram que não fazia parte das concepções do Projeto Pedagógico das instituições a preocupação com a temática das relações raciais. Portanto, as atividades realizadas por eles caracterizaram-se como ações isoladas.

Ao trabalhar com a temática os profissionais produzem material didático, tais como: fotografias, textos, cartazes, cadernos de registros e vídeos. Apareceram ainda bonecas, máscaras, cartões, desenhos, livros, cartilhas, murais e maquetes.

As metodologias mais utilizadas pelos professores na educação infantil foram experiências, dramatizações, narração e observação. Essas modalidades permitem conciliação entre o mundo da fantasia e o real, promovendo maior interação e participação das crianças e permitem o acesso e a construção do conhecimento de forma lúdica.

As experiências indicam que as crianças brancas, ao se depararem com as atividades propostas, expressaram curiosidade e interesse. Porém, também foram constatados em grande escala sentimentos como rejeição, negação de contato com negros e sentimento de superioridade em relação a este grupo.

Com relação às crianças negras, os professores observaram que elas apresentaram curiosidade, prazer, respeito por si e pelo outro e satisfação. No entanto, eles constataram também auto-rejeição, negação das características fenotípicas e inferioridade. Os professores apontaram como dificuldades a falta de compreensão de outros professores, o curto tempo para o planejamento, a falta de sensibilização em relação à temática, a falta de compromisso dos gestores e a falta de formação específica.

4. Enfim, relações raciais e educação infantil: desafios

Em que pese às experiências de promoção da igualdade racial na educação infantil crescer, o material coletado nas edições do Prêmio Educar para Igualdade

Racial, e as pesquisas realizadas indicam alguns desafios nos quais precisam atuar conjuntamente pesquisadores e ativistas.

Ainda não são suficientes as pesquisas que demonstrem como os processos de pertencimento ocorrem na educação infantil, especialmente de 0 a 3, como as crianças constroem suas identidades etnicorraciais? Em que medida a educação contribui para este processo? Qual o impacto dos cursos de formação inicial e continuada nas práticas da educação infantil? Como os professores estão se relacionando com esta demanda? Como as concepções de professores influenciam na produção de uma prática promotora da igualdade racial? De que modo as crianças compreendem o pertencimento étnicorracial? Quais são formas de resistências das crianças pequenas aos processos de discriminação vividos por elas? Qual o papel da família neste processo? Como as educadoras negras reagem aos processos de rejeição vividos no contexto da educação infantil devido ao seu pertencimento étnicorracial?

Enfim pesquisas apontam algumas respostas para as questões formuladas acima, mas sem dúvida o campo de pesquisa é fértil nesta área e temos a nosso favor o crescente interesse da academia pela educação infantil e neste contexto pelas relações étnicorraciais, esperamos que tal interesse se constitua em programas, grupos de pesquisas, financiamentos para que possamos avançar neste espaço que como dissemos em algum ponto deste texto esta engatinhando, queremos que ele caminhe, corra dê passos largos, porque temos muitas crianças negras que merecem um ambiente escolar acolhedor e temos muitas crianças brancas que merecem referências positivas de diversidade e diferença para que constituam-se como parcerias na construção de uma sociedade, justa, igualitária e sem discriminação.

Estas iniciativas articuladas às pesquisas acadêmicas fazem avançar a construção da educação infantil que “respeita os direitos das crianças” garantindo o 10º princípio da Declaração Universal dos Direitos da Criança:

A criança deve ser criada num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.

Embora possamos constatar vários avanços nesta discussão, temos ainda muitos desafios e esperamos que estas reflexões impulsionem novos estudos e uma articulação

cada vez mais consistente entre os diferentes atores preocupados com a criança pequena, órgãos governamentais, sociedade civil e instituições de ensino superior, pois não há como caminhar para uma educação infantil de qualidade sem um trabalho conjunto.

Bibliografia

BRASIL. MEC. **Referenciais Curriculares da Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. MEC/SECAD/SEPPPIR. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para a Formação de Professores**. Brasília, 2005.

BRASIL. MEC/SEPPPIR. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília, 2009.

BRASIL. CNE. RESOLUÇÃO Nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares da Educação Infantil**. Brasília, 2009.

BARCELOS, Luiz. Cláudio. **“Educação e Desigualdades Raciais no Brasil”**. Caderno de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1993.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES – CEERT. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial: exercitando a definição de conteúdos e metodologias**. São Paulo, SP. Data provável [2004?].

DAMIÃO, Flávia de Jesus. **Primeira Infância, afrodescendência e educação no Arraial do Retiro – Salvador**. Fortaleza: Mestrado em Educação - UFC - 2007.

DIAS. Lucimar Rosa. **Diversidade Étnico-racial e Educação Infantil. Três Escolas. Uma questão. Muitas Respostas**, Dissertação de Mestrado, UFMS, 1997.

_____. **No fio do horizonte: educadoras da primeira e o combate ao racismo**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2007.

DORES SILVA, Consuelo. **Negro qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza, 1995.

FAZZI, Rita de Cássia. **O Drama Racial de Crianças Brasileiras – socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.

FIGUEIRA, Vera Moreira. **Pesquisa: Preconceito Racial na Escola**. Revista Estudo Afro-asiáticos, nº 18, maio de 1990.

GODOY, Eliete Aparecida de. **A Representação Étnica por Crianças Pré-Ecolares: um estudo de caso a luz da teoria piagetiana**. Dissertação (Mestrado), UNICAMP, Campinas, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial. Estudo acerca da discriminação racial em escolas públicas de primeiro grau**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 1985.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Socialização e recalque: a criança negra no rural**. Cadernos CEDES, Campinas, n. 32, 1993.

KAPPEL, Maria Dolores B., KRAMER, Sonia e CARVALHO, Maria Cristina. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**. SP: ANPED, n. 16, p. 35-47, Jan/fev/mar/abr/ 2001.

LOPES, Ademil. **Escola, Socialização e Cidadania: um estudo da criança negra numa escola pública em São Carlos**. São Carlos, 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 1994.

MACLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Orientação e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME., MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO., MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 3.219, de 21 de setembro de 2005**. Disponível <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf>> Acesso em: 28 out. 2006.

OLIVEIRA, Arlete dos Santos. **Mulheres Negras e Educadoras: de amas-de-leite a professoras.** Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?.** Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2004.

OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades Raciais: Construção da Infância e da Juventude.** Niterói: Intertexto, 1999.

OLIVEIRA, Rachel de. **Relações Raciais na Escola: uma experiência de intervenção.** São Paulo: PUC, 1992. 138 p. Mestrado-PUC.

OLIVEIRA, Waldete Tristão Farias de. **Trajetória de Mulheres Negras na Educação de Crianças Pequenas no Distrito de Jaraguá em São Paulo: processos diferenciados de formação e de introdução no mercado de trabalho.** Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: PUC, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos da Criança. 1959.** Disponível em < http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41> Acesso em: 15 jul. 2010.

RIBEIRO, Maria Cristiane. **Pesquisas sobre o Negro e a Educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas.** Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da Educação Infantil e Processo de Exclusão.** IN **Cadernos de Pesquisa.** Fundação Carlos Chagas / Autores Associados: São Paulo, N° 107, Julho de 1999.

SARAIVA, Camila Fernanda. **Educação Infantil na Perspectiva das Relações Étnico-Raciais: relato de duas experiências de formação continuada de professores no município de Santo André.** Dissertação (Mestrado em Educação), PUC: São Paulo, 2009.

SILVA, Ana Célia da. **Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro didático de comunicação e expressão de primeiro grau nível 1.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia – UFBA, 1988.

_____. **Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático** – Salvador, BA, EDUFBA, 2005.

SILVA, Vera Lúcia Neri da. **Os Estereótipos Racistas nas Falas e Gestos de Educadoras Infantis**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2002.

TELES, Carolina de Paula. **Representações Sociais sobre as Crianças Negras na Educação Infantil: mudanças e permanências a partir da prática pedagógica de uma professora**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2010.